

ANO 1 - Nº 03 - ABRIL 2019



Boletim de Monitoramento das Políticas Públicas



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

POLÍTICA EXTERNA E SOBERANIA

FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

O presidente Jair Bolsonaro viajou a Israel de 31 de março a 2 de abril, quando anunciou que irá criar um escritório comercial em Jerusalém.

Em 10 de abril, o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, destituiu o embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Sergio Amaral.

O Brasil anunciou que sairá da Unasul em 15 de abril.

Nova crise na Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) levou à demissão de seu presidente, embaixador Mario Vilalva, no dia 26 de abril.

O ministro de Relações Exteriores, Ernesto Araújo, visitou os Estados Unidos pela terceira vez no ano em 29 de abril e encontrou-se com John Bolton, assessor de Segurança Nacional, e Mike Pompeo, secretário de Estado.

Segurança pública

Após novos desentendimentos entre o governo e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, o anteprojeto de Moro segue em suspenso.

Bolsonaro anunciou que vai encaminhar ao Congresso um projeto de lei que isenta de punição o produtor que atirar contra invasores de terras, além de permitir o porte de armas no campo.

A Força Nacional (composta por policiais cedidos dos estados) já consumiu 62% da verba de 1,7 bilhões de reais do Fundo de Segurança Pública.

Estado, Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

O Decreto Nº 9.759, de 11 de abril de 2019, extinguiu todos os órgãos colegiados da administração pública federal direta, autárquica e funcional, abrangendo no caso os criados por decreto, ato normativo e ato de outro colegiado. O decreto especifica nove tipos de colegiados extintos: conselhos, comitês, comissões, grupos, juntas, equipes, mesas e fóruns.

Estrutura e repartição dos poderes

Foi criado o Comitê Interministerial de Combate à Corrupção, pelo decreto nº 9.755, de 11 de abril de 2019.

Comunicação Democrática, acesso à informação e transparência

O governo censurou o Banco do Brasil devido a uma peça publicitária voltada ao público jovem.

ANÁLISE CRÍTICA

A abertura do escritório em Jerusalém é um meio termo entre mudar ou não mudar a embaixada brasileira para a cidade, o que poderia gerar mais problemas para os exportadores de carne para os países muçulmanos. Em troca, o governo brasileiro ganhou o apoio de Israel para a entrada na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Um dos cotados para substituir o embaixador Amaral é o diplomata Nestor Foster, que apresentou o ministro de Relações Exteriores, Ernesto Araújo, a Olavo de Carvalho. A mudança se deu em um contexto em que o governo está trocando vários embaixadores nomeados durante governos anteriores e visa fortalecer o atual ministro.

A saída da Unasul é mais uma negação das relações preferenciais com os países vizinhos e tem caráter ideológico ao rejeitar a convivência com governos progressistas da América do Sul, pois ao mesmo tempo o governo está aderindo ao Prosul, formado só por governos de direita da região.

Desde o começo do governo, dois presidentes da Apex já foram afastados, Alexandro Carreiro e Mario Vilalva. Este último devido a uma manobra regimental que retirou o poder do presidente. Apesar disso, o diretor responsável pela gestão corporativa da agência, ligado ao ministro Ernesto Araújo, Márcio Coimbra, também pediu demissão.

No encontro com Pompeo e Bolton, o ministro Ernesto Araújo reiterou seu apoio a Juan Guaidó, que tenta dar um golpe de Estado na Venezuela para retirar Nicolás Maduro do governo, e os militares brasileiros ficaram preocupados com a possível anuência e apoio do chanceler a uma intervenção armada dos Estados Unidos na Venezuela, inclusive com utilização de território brasileiro.

O anúncio de que ficarão isentos de punição os produtores que atirarem contra invasores de terras e a permissão do porte de armas deve aumentar o índice de letalidade nos conflitos do campo.

A área de prevenção recebeu 4,5% dos recursos do Fundo de Segurança Pública desde a sua criação e a valorização policial, 9%. Ou seja, a principal ação federal tem sido manter o funcionamento dessa tropa como resposta emergencial às crises na segurança com pagamento de diárias aos agentes e logística de deslocamento e estadia, em detrimento de outras ações para fomentar políticas mais robustas de combate à criminalidade. Hoje, a Força Nacional está presente em estados como Ceará e Roraima e foi convocada também para Brasília por conta das manifestações sindicais e indígenas marcadas para ocorrer na Esplanada do Ministério.

O Comitê Interministerial de Combate à Corrupção será formado pelo Ministério da Economia, Ministério da Justiça, Controladoria Geral da União (CGU), Gabinete de Segurança Institucional, Advocacia-Geral da União e Banco Central. O decreto estabelece reunião ordinária semestral do Comitê, e extraordinária mediante convocação. Além da cooperação interministerial, será instituído um comitê técnico de assessoramento que pode criar grupos de trabalho.

A propaganda do Banco do Brasil visava ampliar o público-alvo considerando a diversidade sexual e racial do elenco. O presidente Bolsonaro interferiu pessoalmente e justificou a censura com a seguinte afirmação: “A linha mudou. A massa quer o quê? Respeito à família. Ninguém quer perseguir minoria nenhuma, nós não queremos que dinheiro público seja usado dessa maneira”.

INFRAESTRUTURA ECONÔMICA E SOCIAL

FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

Privatizações na Petrobras

A Petrobras vendeu uma fatia de 90% na Transportadora Associada de Gás (TAG) para o grupo Engie e para o fundo canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec. A transação foi feita por 8,6 bilhões de dólares (cerca de 33 bilhões de reais).

A Petrobras concluiu a venda de 100% da refinaria de Pasadena (EUA) para a norte-americana Chevron. A operação foi feita por 467 milhões de dólares, menos da metade do valor utilizado na aquisição da refinaria, que havia sido de 1,18 bilhão de dólares na ocasião.

A Petrobras anunciou a nova etapa do seu programa de desinvestimentos, dessa vez com a oferta de venda de oito refinarias (Abreu e Lima, Landulpho Alves, Mataripe, Gabriel Passos, Presidente Getúlio Vargas, Alberto Pasqualini, Isaac Sabá, Unidade Industrial de Xisto e Lubrificantes e Derivados do Nordeste), além da venda das participações na BR Distribuidora.

Privatizações na Eletrobras

O governo anunciou que os estudos para a venda do sistema Eletrobras continuam em andamento e seguem sendo aprofundados. Há, no entanto, divergências sobre como será o processo, se por meio de capitalização ou de privatização.

O Ministério da Economia tem defendido a privatização integral da empresa, mas o Ministério de Minas e Energia e a própria direção da Eletrobras parecem preferir o modelo de intensificação da abertura de capitais da companhia.

A Eletrobras tinha 26 mil empregados, esse número foi reduzido pela metade e a companhia tem 13,5 mil trabalhadores. Nas próximas semanas a empresa pode anunciar a venda de quarenta Sociedades de Propósito Específico (SPEs).

Negociações em Itaipu

Governo brasileiro oficializa sua posição de romper o acordo binacional firmado em 2009 pelos então presidentes Lula e Lugo. A revisão impõe que o Paraguai terá de

voltar a arcar integralmente com os custos financeiros referentes à construção da hidrelétrica. Além disso o Brasil defende um reajuste de 50% na tarifa cheia que o Paraguai paga pela energia de Itaipu. A negociação deve se arrastar ao longo do ano.

Resistências contra privatizações no interior do governo

Os ministérios de Ciência e Tecnologia, Minas e Energia, Infraestrutura e Agricultura têm demonstrado resistência aos modelos e à velocidade das propostas de privatização do Ministério da Economia.

ANÁLISE CRÍTICA

Em abril as principais ações do governo na área de infraestrutura econômica e social estiveram concentradas no setor de energia. Se, por um lado, tem se intensificado o desmonte do Sistema Petrobras, por outro lado, o governo não tem encontrado a mesma facilidade para levar a cabo todas as suas propostas de vendas de ativos. Não há consenso entre a equipe ministerial sobre o escopo e sobre a velocidade do PPI, e pelo menos cinco ministros parecem demonstrar resistência aos planos do ministro da Economia.

Na área de Minas e Energia, a venda da Eletrobras se encontra diante de um impasse: enquanto o ministro Bento Albuquerque deseja um novo modelo de capitalização para a empresa, que pode ser anunciado em junho, Paulo Guedes manifesta o interesse na privatização dos ativos da empresa elétrica.

No setor de Infraestrutura, por sua vez, apesar do avanço das concessões, o ministro Tarcísio Gomes de Freitas sinalizou o bloqueio da venda da Empresa de Planejamento e Logística (EPL) e, na contramão das diretrizes da antiga Fazenda, iniciou um processo de contratação de pessoal, abrindo 143 novas vagas.

No Ministério de Ciência, Tecnologia e Comunicações as resistências têm sido ainda maiores. O ministro Marcos Pontes tem se mostrado contrário à venda dos Correios e à liquidação da Ceitec, empresa responsável pela produção de medicamentos e de chips de monitoramento de animais. Nesse último caso, as pressões contrárias às privatizações também contam com o apoio do agronegócio e do Ministério da Agricultura. A ministra Tereza Cristina também tem feito ponderações sobre a necessidade de alienação da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), respon-

sável, dentre outras coisas, pelas estatísticas agropecuárias do país. A esse caldo se somam ainda as posições do ministro da Secretaria de Governo, general Santos Cruz, que se mostrou refratário à venda da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Os impasses políticos não se limitam apenas ao interior do Executivo. Uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) emitida pelo ministro Ricardo Lewandowski iniciou um processo de consultas públicas sobre qual deve ser o papel do Legislativo no processo de privatizações. O próprio Legislativo e parte da base próxima ao governo aguardam desdobramentos da articulação política em torno da reforma da Previdência para avaliar a intensidade do apoio parlamentar a algumas privatizações. A esses elementos se somam ainda entraves técnicos e de gestão junto a órgãos como o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

O processo de privatizações segue enfrentando impasses no governo Bolsonaro. À luz desse quadro, portanto, a recente intensificação das declarações de Paulo Guedes sobre as desestatizações talvez traduza não uma saudação ideológica às privatizações, mas sim uma preocupação pragmática em acalmar o mercado diante de um cenário no qual a entrega daquilo que foi prometido pode não acontecer a contento.

FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

A Petrobras vendeu por 8,6 bilhões de reais a fatia de 90% que detinha da Transportadora Associada de Gás (TAG) para o grupo empresarial francês Engie, o segundo maior do mundo no ramo de energia. A TAG atua no segmento de transporte e armazenagem de gás natural. Com uma rede de 4,5 mil quilômetros, a companhia tem capacidade de movimentação de 74 milhões de metros cúbicos por dia. A venda ainda precisa ser autorizada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

O governo apresentou um Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre a autonomia técnica, operacional, administrativa e financeira do Banco Central do Brasil, alterando a Lei 4595 de 31 de dezembro de 1964.

Segundo aponta uma pesquisa da consultoria Kantar, em janeiro e fevereiro houve uma queda de 5,2% no número de unidades de itens básicos comprados pelas famílias em relação ao mesmo período de 2018. Foi a primeira retração para o período desde que a pesquisa foi criada em 2014.

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Joaquim Levy, anunciou que o banco irá transferir trinta bilhões de reais ao Tesouro Nacional no mês de maio.

O lucro anual das cinco maiores empresas estatais brasileiras em 2018 alcançou 68 bilhões de reais (Petrobras, 26 bilhões; Eletrobras, treze bilhões; Banco do Brasil, doze bilhões; Caixa Econômica Federal, dez bilhões; BNDES, sete bilhões). Entretanto, o ministro da Economia, Paulo Guedes, continua defendendo a venda das estatais para arrecadar 75 bilhões de reais.

O Brasil deverá receber 621 milhões de dólares do Novo Banco de Desenvolvimento (*New Development Bank - NDB*), instituição financeira criada em 2015 pelo grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, o Brics. Nos três primeiros anos de operação da instituição, foram aprovados quatro projetos brasileiros que abrangem as áreas de energia renovável (eólica, solar e hidrelétrica), construção de estradas, reconstrução de malha ferroviária, esgotamento sanitário, telecomunicações e refinarias da Petrobras. Os dados são do estudo *Arquitetura Financeira Conjunta do Brics: o Novo Banco de Desenvolvimento*, lançado em 17 de abril pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O Brasil, como um dos cinco acio-

nistas do NDB, já aportou um bilhão de dólares até 2019 e deverá destinar mais 1,050 bilhão de dólares para a instituição até 2022.

O IBC-Br, indicador antecedente do PIB, registrou em fevereiro uma queda de 0,73%, indicando que muito provavelmente o primeiro trimestre de 2019, após três meses de governo Bolsonaro, deverá se encerrar com leve contração da atividade econômica.

Depois de se contrapor à decisão da Petrobras de elevar o preço do diesel em 5,74%, exigindo a suspensão do aumento, no dia 18 de abril, o presidente Bolsonaro recuou e autorizou um aumento do combustível de 4,84%. Como a medida desagradou a categoria dos caminhoneiros – em grande parte composta por apoiadores de sua candidatura - o governo negociou com as lideranças um ajuste na tabela de fretes, garantindo que sempre que o preço do diesel superar 10% o gatilho de elevação do preço do frete deverá ser acionado imediatamente. Além disso, o governo estabeleceu um procedimento específico para que os caminhoneiros denunciem as empresas que não queiram pagar o frete de acordo com a tabela.

A BRF, uma das maiores empresas brasileiras de alimentos, comunicou aos funcionários da planta de Carambeí (PR) que pretende suspender a produção por sessenta dias, a partir de junho, medida que pode chegar a até cinco meses. Nesse período, os trabalhadores teriam de viver com seguro-desemprego. Se as vendas aos países árabes, principais compradores, não voltarem ao normal, cerca de 1.500 pessoas poderão ser demitidas.

De acordo com o Ministério da Economia, o Brasil fechou 43 mil empregos com carteira no mês de março (Cadastro Geral de Emprego e Desemprego - Caged), com queda generalizada em todas as grandes regiões do país e especialmente concentradas nos setores do comércio (-28.803), da agropecuária (-9.545) e da construção civil (-7.781).

ANÁLISE CRÍTICA

Em março as principais ações do governo na área de infraestrutura econômica e social estiveram concentradas no setor de transporte e logística. Apenas naquele mês passaram por leilões de concessão dezesseis ativos da União nos segmentos de aeroportos, portos e ferrovias.

O atual governo tem ampliado a lista de ativos privatizáveis e acentuado o discurso ideológico em defesa das privatizações. No entanto, não consegue levar adiante es-

sas vendas. Parte dos principais projetos listados no Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) tem status em atraso por motivos variados, que vão desde entraves junto ao TCU até desacordos sobre as modalidades das desestatizações. Para compensar sua própria ineficiência, o governo acelera o calendário das concessões programadas nos governos Dilma (aeroportos) e Temer (portos e ferrovias).

O Ministério da Infraestrutura saudou o conjunto de leilões de forma positiva, destacando que o ágio médio dos certames ultrapassou as expectativas do governo. O que não se ressaltou, entretanto, foi o fato de que no caso dos aeroportos o lance inicial de venda proposto pelo governo foi de 219 milhões de reais para o conjunto dos blocos. O valor é inferior à construção e manutenção de apenas um aeroporto, que pode variar entre trezentos milhões de reais e quinhentos milhões de reais. Já no caso dos portos, ainda mais escandaloso, o lance inicial de venda foi fixado no valor simbólico de um real por porto; no caso da ferrovia, por seu turno, o lance inicial também subestimado foi de 1,3 bilhão de reais. Tratam-se, portanto, de ativos concedidos abaixo de seus valores de mercado.

Além disso, representantes do governo têm utilizado os leilões como exemplos de sucesso na atuação da iniciativa privada no setor de infraestrutura. O argumento é pouco consistente, já que no caso dos aeroportos uma empresa estatal espanhola arrematou o bloco mais importante. No caso dos portos a presença da subsidiária estatal BR Distribuidora foi decisiva para o certame e, no caso do trecho ferroviário, a competição empresarial privada nem mesmo se fez presente, dada a participação de apenas dois consórcios. Diante da baixa participação do capital privado nacional, coube ao capital internacional ser um dos grandes vencedores desse pacote de leilões.

Por fim, o governo utiliza o argumento de que os investimentos contratados nos leilões de concessão podem ser fundamentais para a retomada do crescimento econômico. No entanto, as exigências anuais de investimentos são, na média, baixas para a ampliação, manutenção e melhoria dos serviços leiloados. De acordo com alguns especialistas, para se modernizar a infraestrutura nacional seria necessário investir pelo menos 4,5% do PIB, ou cerca de 305 bilhões de reais, mas a previsão é de que em 2019 os investimentos em infraestrutura somem apenas 129,9 bilhões de reais. Há ainda dúvidas com relação a como serão captados os recursos para esses investimentos em função do desmonte dos instrumentos de financiamento de longo prazo em curso atualmente no país.

DIMENSÃO SOCIAL

FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

Golpe de 1964

O mês começa com o vídeo defendendo o golpe de 1964 e agradecendo os militares, divulgado pelo whats app do Planalto. O empresário Osmar Stábile, ex-vice-presidente do Corinthians, assumiu a autoria do vídeo. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) não se posicionou sobre a questão.

Direitos indígenas

O Ministério Público (MP) quer reparação a indígenas por abusos cometidos ao longo dos 21 anos do regime militar. A Comissão Nacional da Verdade examinou 25 mil processos, dos quais 9.755 preveem algum tipo de reparação econômica. Desses, apenas um envolve indígenas. De acordo com dados da própria Comissão, cerca de oito mil indígenas morreram em ações da ditadura militar.

A ministra da mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, afirmou que a iniciativa do MP de rever, de forma genérica, indenizações concedidas nos últimos anos, não foi um bom sinal no meio. O presidente Jair Bolsonaro também atacou fiscais do Ibama, ONGs e ameaçou cortar a diretoria da Funai.

A 15ª edição do Acampamento Terra Livre reuniu quatro mil indígenas e representantes de 170 etnias, entre 23 e 27 de abril, mas as lideranças indígenas não foram recebidas pelo governo, e nenhum membro do alto escalão procurou os organizadores do evento para uma reunião.

No entanto, o MMFDH promoveu, na tarde da terça-feira (23), uma reunião para discutir a situação dos indígenas venezuelanos acolhidos no Brasil, no contexto do fluxo migratório.

Educação

No dia 30 de abril, o ministro da Educação Abraham Weintraub anunciou que cortaria 30% das verbas de três universidades federais (Universidade de Brasília - UnB, Universidade Federal da Bahia - Ufba e Universidade Federal Fluminense - UFF), escolhidas, segundo ele, pelo baixo desempenho acadêmico e por promoverem “balbúrdias”. A reação de diferentes frações da sociedade foi grande. Diante da grita, em pleno dia 1º de maio, o ministro declarou então que os cortes serão estendidos a todas as universidades federais.

Governo assinou ato que institui a nova Política Nacional de Alfabetização e a publicação das regulamentações da educação domiciliar e da Lei Brasileira de Inclusão, iniciativas anunciadas pelo Ministério dos Direitos Humanos. O Decreto de alfabetização mantém foco em método fônico e em caso de reprovação o aluno de ensino domiciliar terá de voltar à escola.

Previdência

Após mais de sessenta dias de tramitação, a Reforma da Previdência (PEC 6/2019) foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, o primeiro colegiado que deveria analisar a proposta. Após semanas de discussões, a aprovação da PEC 6/2019 na comissão só foi possível graças a um acordo do governo com o centrão, que exigiu a retirada dos seguintes itens, considerados inconstitucionais pela CCJ: retirada dos direitos do FGTS a empregados aposentados, mudança na competência da Justiça Federal para julgamento de ações contra o INSS e transferência da natureza normativa da Previdência Social da Constituição para lei complementar. Esses itens foram retirados da reforma em relatório substitutivo aprovado pela CCJ.

Nas celebrações de 1º de maio, em São Paulo, as centrais sindicais definiram o dia 14 de junho como data para a greve geral contra o desmonte da Previdência.

Conselhos

O governo extinguiu conselhos federais com atuação da sociedade civil com o Decreto 9759/2019, entre eles os conselhos LGBT, indigenista, sobre trabalho escravo, pessoas com deficiência, idosos, entre outros que estão subordinados ao MMFDH. Os ministérios têm até o dia 28 de maio para informar à Casa Civil todos os órgãos que existem em suas pastas e apresentar propostas de recriação dos que não desejam ser encerrados. A meta é reduzir de cerca de setecentos para cinquenta o número de colegiados, e o objetivo alegado é desburocratizar e trazer mais economia para a administração pública.

Segundo Bolsonaro, essas entidades são aparelhadas politicamente e impõem suas vontades, ignoram a lei e atrapalham propositalmente o desenvolvimento do Brasil, pois não se importam com as reais necessidades da população.

O Decreto 9.759 também encerrou o Grupo de Trabalho Perus, responsável pela identificação de corpos de desaparecidos políticos. O grupo era vinculado à Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, vinculado ao MMFDH, e tinha a missão de concluir a

identificação de vítimas da repressão política durante a ditadura militar. O decreto não atinge só o Grupo de Perus, mas também o Grupo de Trabalho Araguaia.

Assim, pesquisadores de várias universidades, em sua maioria públicas, criaram a Campanha “O Brasil precisa de conselho”, para conscientizar sobre a importância que possuem os conselhos de participação social para o processo democrático e que a democracia vai além das eleições. A campanha vai durar três meses e vai atuar nas redes sociais com vídeos e textos discutindo o assunto.

Mercado de trabalho

No mercado de trabalho, o país perdeu 63.624 vagas de emprego formal em março, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Março apresentou uma variação negativa de -0,17% em relação ao estoque do mês anterior. No acumulado do ano, a queda foi de 64.378 postos de trabalho. E, nos doze meses, a perda chega a 1.090.429 postos de trabalho formal. Já a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua acusou que a taxa de desocupação no Brasil atingiu 12,7% e a subutilização (que congrega desocupados, desalentados e que trabalham poucas horas na semana) chegou a 25%, tudo no primeiro trimestre de 2019. Em termos absolutos, são hoje 13,4 milhões de brasileiros desocupados (1,2 milhão a mais que no último trimestre de 2018), 65,3 milhões fora da força de trabalho e 28,3 milhões de subutilizados (recorde histórico). Já o número de desalentados chegou a 4,8 milhões.

Reforma Administrativa

A desarticulação política do governo no Congresso põe em risco pontos-chave da reforma administrativa proposta pelo presidente Jair Bolsonaro, entre elas a migração da Fundação Nacional do Índio (Funai) para o MMFDH. O prazo para que a MP caduque termina em 3 de junho. Se a medida não passar, volta a composição de ministérios do governo de Michel Temer.

O presidente Jair Bolsonaro, sancionou nesta sexta-feira (26), a Lei nº 13.819/2019, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, que, além de medidas de notificação, inclui um serviço telefônico gratuito para atendimento do público. Paralelamente, o MMFDH lançou a Campanha Acolha a Vida, com foco na prevenção ao suicídio e automutilação, contando com parceiros profissionais da educação e da saúde. Lançou também o Observatório Nacional da Família (ONF), que visa acompanhar casos, situações e fatores que influenciam os índices de automutilação e suicídio.

Seppir

A Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) reafirmou um acordo de cooperação para um programa de bolsas de estudos para a carreira diplomática para a população negra. A secretaria também manifestou-se publicamente para repudiar os comentários racistas proferidos pelo Sr. Adilson Durante Filho, conselheiro do Santos Futebol Clube, de que “pardos e mulatos brasileiros são todos mau-caráter”.

Combate ao feminicídio

A Secretaria Nacional de Políticas para MMFDH vai realizar ações de combate ao feminicídio. Uma das medidas anunciadas é a campanha “Salve Uma Mulher”, lançada pelo ministério no dia 8 de março. A campanha tem o objetivo de enfrentar a violência contra o público feminino.

ANÁLISE CRÍTICA

Sobre o corte na educação superior, por um lado, o argumento do governo é extremamente autoritário e fere a autonomia das universidades federais, garantida para que não se repetisse a experiência das intervenções que ocorreu durante a ditadura militar. Por outro lado, o argumento de que estaria “moralizando” as instituições serve para mascarar a incompetência do governo em garantir orçamento para áreas fundamentais do país: o Ministério da Educação necessitava realizar cortes em algum lugar, já que sofreu contingenciamento de 5,8 bilhões de reais de seu orçamento em março deste ano.

Com o projeto de regulamentação do ensino domiciliar, bandeira bastante defendida especialmente pelos evangélicos, o governo se desobriga da universalização do ensino.

O governo encontrou enormes dificuldades para a aprovação do texto da reforma da Previdência logo na primeira etapa da tramitação. Cabe destacar que a CCJ analisa somente a legalidade e a constitucionalidade da proposta, não cabendo a ela alterações no mérito. Ainda sim, a costura de um acordo para a aprovação do texto, que já sofreu alterações importantes, foi confusa, longa e representou, na verdade, uma grande dificuldade do governo de tramitar as suas restrições a direitos da classe trabalhadora.

Nas alterações, podem-se destacar a manutenção do direito ao FGTS para os aposentados que continuam trabalhando e a manutenção da definição da aposentadoria compulsória pela Constituição, ao contrário do que queria o governo, numa ação que inclusive aponta para uma tentativa de aumentar o número de ministros do STF e do STJ, que poderiam ser substituídos durante a gestão de Bolsonaro.

O centrão já manifestou, inclusive formalmente, que quer ainda mais alterações no texto, como quanto à capitalização, ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a aposentadoria do trabalhador rural. O mercado parece saber disso e, por essa razão, a aprovação do texto na CCJ não serviu para animar os especuladores. A reforma da Previdência parece ser o grande termômetro do governo Bolsonaro com as forças que o elegeram, em especial do mercado financeiro, e o caminho parece não estar tranquilo. A próxima etapa é a análise da Comissão Especial da reforma, que foi instaurada no final do mês, com 49 parlamentares titulares e 49 suplentes. Apesar da aparente maioria, o governo ainda deve encontrar um terreno sinuoso para a tramitação do texto.

O Decreto 9759/2019, na medida em que extingue conselhos sociais com participação da sociedade civil, é mais uma quebra de direitos conquistados e garantidos pela Constituição de 1988, levando o governo Bolsonaro a ser novamente aquele que pretende assinar o obituário da Nova República. A economia gerada com a extinção do conselho não representa quase nada no orçamento da União, uma vez que os conselheiros não são remunerados e o governo apenas arcava com despesas de passagens, hospedagem e alimentação.

Esses conselhos vinham de uma visão do que é representação e participação da população e ao que parece o governo quer desarticular a sociedade e impedir a participação e fiscalização, retirando do povo o poder que a Constituição lhe garante. A medida recebeu críticas da Transparência Brasil, que vê na decisão do presidente a diminuição da transparência e do controle social sobre o governo ao reduzir a participação da sociedade civil em processos decisórios do Poder Executivo. “Ao extinguir e limitar a atuação de conselhos que preveem participação da sociedade civil sem qualquer consulta prévia aos participantes, exposição de motivos e transparência, o governo mostra que não está interessado em ouvir o que a sociedade tem para dizer”, disse a entidade em nota.

Ainda, o governo não respondeu como pretende, e se pretende, continuar o trabalho de identificação das ossadas. Respondeu apenas que “está avaliando, estudando e proporá algo dentro dos parâmetros do decreto”. O decreto vai ao encontro de po-

sições já adotadas pelo governo que presta homenagens a torturadores e ao golpe militar. Em vez de se esclarecer o passado, o governo estimula práticas da ditadura.

Já no mercado de trabalho, a letargia é um reflexo de que o governo Bolsonaro, que aprofunda as políticas de desmonte de Temer, não tem sido capaz de gerar empregos no Brasil nestes primeiros três meses. No mês passado, quando da divulgação dos dados de emprego pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - que também mostrava sucessivos recordes negativos - o presidente escolheu atacar a metodologia da instituição de forma completamente equivocada, ao invés de admitir que reflete a realidade que se percebe na sociedade brasileira.

Sobre o golpe de 1964, a esquerda foi contra a determinação de Bolsonaro para que o 31 de março, dia do golpe que instaurou a ditadura militar em 1964, fosse comemorado. Líderes do centrão avaliaram que o Planalto não deveria ter divulgado o vídeo a favor do golpe de 1964. A Comissão Arns, composta por intelectuais, juristas e personalidades públicas, se posicionou em repúdio ao vídeo e avaliou que os cem primeiros dias da gestão Jair Bolsonaro indicam retrocessos nas políticas de Direitos Humanos. O MMFDH, no entanto, não se posicionou sobre a questão.

Sobre os direitos indígenas, o governo de Jair Bolsonaro aposta no divisionismo e procura gerar briga entre os povos indígenas. Ao escolher interlocutores sem representatividade nas aldeias, índios que às vezes buscam apenas interesses próprios, sem olhar os interesses dos povos indígenas, o governo fechou canais de diálogo.

Sobre os indígenas venezuelanos, o objetivo do encontro supracitado é uma ação conjunta para aprimorar a resposta do Estado brasileiro no atendimento a estes povos. No entanto o posicionamento que o governo tem adotado frente aos conflitos na Venezuela tornam suspeita a adoção da medida. Seria necessário o acompanhamento de agências reguladoras como a da Organização das Nações Unidas (ONU) para o verificar os trabalhos.

Sobre a reforma administrativa, a subdivisão da Funai entre o MMFDH e o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastacimento (Mapa) não está dando certo. O presidente transferiu para o Mapa a demarcação de terras indígenas. Líderes da Câmara querem tirar a função de demarcação das terras indígenas, que hoje está com a ministra Tereza Cristina (Agricultura), e devolvê-la para a Funai, que voltaria a ser vinculada ao Ministério da Justiça.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), também manifestaram intenção de devolver a Funai ao Ministério da

Justiça. A oposição avalia que entregar a demarcação de terras indígenas para o Ministério da Agricultura é como deixar “a raposa tomando conta do galinheiro”.

Moro alega que a questão indígena trata mais de oportunidade de desenvolvimento e preservação das tradições do que uma questão de polícia, e considera que o Ministério da Justiça e Segurança Pública não é o melhor lugar para tratar a questão. O Ministério da Justiça sabe que a questão indígena é um problema e que vai colocá-lo na linha de frente contra a bancada ruralista, e evita essa posição.

Finalmente, sobre o combate ao feminicídio, a campanha poderia ser boa, porém já começa com um foco estereotipado, direcionada a profissionais que lidam com mulheres, como os do campo da beleza. Em sua fala, no lançamento da campanha, Damares reforça os estereótipos machistas ao dizer que “o menino, na escola, vai ter que aprender a respeitar e a proteger a menina”.

DIMENSÃO AMBIENTAL, AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

Sustentabilidade ambiental e política agrária

Ainda antes da recente promessa do presidente Bolsonaro de isentar de punições fazendeiros que atirarem em invasores de sua propriedade, a violência no campo se intensificava, com o registro de dez assassinatos nos quatro primeiros meses do ano.

Em 12 de abril, Bolsonaro publicou o Decreto 9.760/2019, que cria uma burocracia pública para intermediar a aplicação de multas ambientais cometidas por infratores. O decreto cria um núcleo de conciliação que poderá mudar o valor ou até mesmo anular multas por crimes ambientais. O núcleo de conciliação será formado por representantes do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

O decreto também congelou o mecanismo de conversão direta, até que o Ministério do Meio Ambiente estabeleça novas regras para seu funcionamento. O mecanismo de conversão indireta permite que os valores arrecadados com as multas possam custear projetos ambientais estratégicos, tal como nos municípios que compõem a Bacia do Rio São Francisco.

Soma-se a esse cenário a militarização do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), no qual todos os diretores foram substituídos por policiais ou militares.

Outra questão relevante para o tema ambiental foi o projeto de Lei nº 1551/2019, que pretende extinguir o princípio da reserva legal do Código Florestal Brasileiro. O mecanismo da reserva legal está presente desde a primeira reforma do código, ocorrida em 1965, e obriga os proprietários de terra a manter um percentual entre 20% e 80% preservados em sua propriedade. O PL foi apresentado pelo senador Marcio Bittar (MDB-AC) e encontra forte aprovação da bancada da agropecuária e da ala ruralista do governo Bolsonaro.

O atual governo também decretou a extinção de mais de trinta conselhos e comissões nacionais em abril de 2019. Dez destes estão relacionados aos indígenas, ambientalistas e trabalhadores do campo. Os conselhos extintos foram: Comissão Nacional de Florestas (Conaflor); Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI); Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tra-

dicionais (CNPCT); Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI); Comissão Nacional dos Trabalhadores Rurais Empregados (Cnatre); Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae); Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO); Comissão Nacional da Biodiversidade (Conabio); Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (Conpdec), e Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf).

Entre 24 e 27 de abril, lideranças indígenas brasileiras se reuniram no Acampamento Terra Livre, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Tratou-se da 15ª edição do maior encontro dos povos indígenas do país, cujo tema foi “Sangue indígena, nenhuma gota a mais”. O encontro contou com cerca de quatro mil índios, que se manifestaram contra as medidas do governo Bolsonaro referentes aos direitos dos povos originários.

As principais reivindicações dos índios para os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário foram o retorno da Fundação Nacional do Índio (Funai) para o Ministério da Justiça, a retirada da função de demarcação das terras indígenas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e fortalecimento da saúde indígena.

Desenvolvimento regional

Em abril, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) promoveu a Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. A marcha contou com cerca de oito mil pessoas e presença significativa de prefeitos e prefeitas de diversos estados. Foi o primeiro evento de prefeitos com a participação do presidente Bolsonaro.

O governo apresentou uma série de boas intenções para receber o apoio dos municípios, entre elas o apoio à PEC que eleva em 1% o Fundo de Participação dos Municípios - já aprovada pelo Senado e que tramita na Câmara dos Deputados. As demais intenções não passam de promessas. Por exemplo: um projeto de lei que libera dez milhões de reais a estados e municípios (sem mencionar a origem do recurso); uma emenda que permita desonerar os Regimes Próprios de Previdência do Pasesp; um Plano Nacional de Segurança Hídrica, e repasse de recursos provenientes do fundo social do pré-sal para os demais entes federados.

Um estudo realizado pela Fundação Perseu Abramo apontou que em mais de um quarto dos municípios brasileiros os benefícios da Previdência Social eram superiores à receita total dos municípios. Essa foi a realidade de 1.533 municípios do país

em 2017, os quais incluem quase metade dos municípios do Ceará (44%) e da Bahia (43,8%). Também incluem capitais nordestinas e nortistas como Salvador, Recife, Maceió e Belém, mas também grandes cidades do eixo Sul-Sudeste como Rio de Janeiro, Porto Alegre, Florianópolis, Osasco e Santos.

ANÁLISE CRÍTICA

Em janeiro de 2019, o desmatamento na Amazônia cresceu 54% em relação ao mesmo mês do ano anterior (Instituto Imazon). Na contramão de oferecer soluções para o problema, o Decreto 9.760/2019, que versa sobre a criação de um núcleo de conciliação para intermediar a aplicação de multas ambientais, significará a falência da repressão aos crimes contra o meio ambiente no país, já que será impossível os poucos técnicos que compõem o núcleo avaliarem um volume próximo a dezesseis mil autuações anuais. Publicado nos 101 dias iniciais do novo governo, o decreto aumentará a burocracia pública com a finalidade de favorecer os infratores que cometem crimes ambientais, ao flexibilizar a aplicação de multas conforme prometido pelo então candidato Jair Bolsonaro em sua campanha. A iniciativa aumentará o desmatamento, reduzirá o papel fiscalizador do Ibama e retirará a autonomia de seus técnicos. Por outro lado, a militarização do ICMBio afetará o rumo da política voltada para as reservas extrativistas.

No que se refere ao PL nº 1551/2019, que visa extinguir o princípio da reserva legal do Código Florestal Brasileiro, a bancada ruralista acredita que a limitação de percentual de reserva de vegetação na propriedade rural está impedindo a expansão do agronegócio. No caso de aprovação, a medida afetará mais intensamente as áreas localizadas na Amazônia, no Pantanal e na Mata Atlântica. A proposta visa expandir o agronegócio, reduzir o custo da terra e aumentar os lucros dos ruralistas. Em contrapartida, reduzirá drasticamente as áreas de vegetação nativa e aumentará o desmatamento, especialmente nas áreas mais preservadas do país.

A extinção dos conselhos e comissões indígenas, ambientais e do campo agrada a bancada ruralista, que vê tais instâncias de democracia participativa como adversárias de seus interesses, e se soma a outros recentes agrados em troca de apoio à reforma da Previdência. Os conselhos e comissões sociais possuem a função de integrar a sociedade civil às discussões do governo.

Esse diálogo permite que pessoas e entidades diretamente envolvidas ou atingidas por políticas públicas específicas possam se manifestar para qualificar e/ou criticar

a atuação governamental. No entanto, para um governo que preza por decisões autoritárias, esses conselhos representam um incômodo contraponto.

Os participantes do Acampamento Terra Livre identificaram o governo Bolsonaro como inimigo dos povos originários. Ao assumir a presidência da República, Jair Bolsonaro assinou MP 870/2019, que trouxe mudanças negativas ao transferir as funções de demarcação de terras indígenas do Mapa – comandado pelos ruralistas. A Funai foi transferida para o recém criado MMFDH. Por fim, o Ministério da Saúde (MS) anunciou a possibilidade de mudanças na saúde indígena, visando desmontar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI) e transferir a responsabilidade federal para os municípios.

Ao longo do tempo que estiveram em Brasília, os índios participantes do evento reuniram-se com representantes do Ministério Público da União e do Congresso Nacional. No Ministério Público, os índios encontraram reconhecimento da existência de violações de direitos de Guaranis em Itaipu. No Congresso Nacional, as representações indígenas reuniram-se com os presidentes do Senado e da Câmara e encontram apoio para alterar os efeitos da MP 870, em tramitação no Legislativo.

No que se refere ao desenvolvimento regional, o governo federal busca apoio dos prefeitos para emplacar a reforma da Previdência utilizando como moedas de troca promessas superficiais. Com exceção do apoio à PEC que eleva em 1% o Fundo de Participação dos Municípios, não apresentou propostas consistentes. Apesar de os representantes da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) apontarem o resultado da Marcha dos Prefeitos como exitoso, entidades ligadas à instituição, como União dos Municípios da Bahia (UPB) e Associação Municipalista de Pernambuco (AMUPE), criticaram bastante a postura do governo por apenas apresentar intenções rasas.

A proposta de reforma da Previdência encaminhada pelo governo Bolsonaro ao Congresso promove mudanças significativas nos benefícios previdenciários visando reduzir o montante de recursos estatais despendidos. Entretanto, os recursos dos benefícios do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) são importantes para o desenvolvimento da economia regional, principalmente nos municípios de menor porte. Desta maneira, a reforma da Previdência, caso aprovada, terá um efeito negativo na dinâmica da economia local, agravando os problemas sociais e prejudicando a geração de emprego e renda do país.

EXPEDIENTE

De Olho no Governo é um boletim de monitoramento de políticas públicas publicado pela Fundação Perseu Abramo. Diretoria Executiva: Marcio Pochmann (presidente), Isabel dos Anjos Leandro, Rosana Ramos, Artur Henrique da Silva Santos e Joaquim Soriano (diretoras/es). Equipe editorial: Alexandre Guerra; Ana Luíza Matos de Oliveira; António Carlos Carvalho; Eduardo Tadeu Pereira; Fernanda Estima; Gustavo Coddas; Isafías Dalle; Kjeld Jakobsen; Jordana Dias Pereira; Luana Forlini; Marcelo Manzano; Matheus Toledo; Paulo C. Ramos; Pedro Simon Camarão; Ronnie Aldrin Silva; Rose Silva; Sergio Honório; Vilma Bokany; William Nozaki. Editoração eletrônica: Camila Roma.



Rua Francisco Cruz, 234 - 04117-091

Vila Mariana - São Paulo - SP

www.fpabramo.org.br